

Países em desenvolvimento buscam garantir financiamento para ações

Na tentativa de garantir o financiamento de ações relativas ao desenvolvimento sustentável, a partir de janeiro negociadores de países em desenvolvimento buscarão alternativas. A ideia é fechar até dezembro um documento no qual estarão definidos os detalhes, o calendário e até a estratégia para assegurar os recursos. A iniciativa foi provocada pela ausência de acordo entre os países desenvolvidos em relação aos financiamentos.

"Há uma ameaça concreta aos esforços internacionais na medida em que se percebe uma retração muito forte dos países ricos quanto ao financiamento de ações na área de desenvolvimento sustentável", disse à Agência Brasil o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e coordenador-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

"O caso do Brasil é emblemático. Tivemos as mais baixas taxas de desmatamento desde que o país começou a medir por satélite", destacou o embaixador. "Os países em desenvolvimento têm sido responsáveis ao fazer seu dever de casa e, portanto, têm direito de exigir que os países industrializados, que são os responsáveis pelas mudanças do clima, façam sua parte, não só na questão de redução de emissões, mas também no cumprimento de suas obrigações no financiamento das ações nos países em desenvolvimento", acrescentou Figueiredo.

Em junho, durante a Rio+20, quando ficou clara a resistência dos países desenvolvidos em aportar recursos para promover um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo, houve o acordo entre os países em desenvolvimento para buscar uma alternativa. Na Rio+20, os representantes de economias desenvolvidas justificaram que a crise econômica internacional os impedia de assumir compromissos financeiros, pois o cenário futuro era considerado incerto.

Reação semelhante dos países desenvolvidos foi repetida durante uma série de negociações específicas das Nações Unidas, como a Conferência sobre Mudanças Climáticas, a COP18, que ocorreu em Doha, no Catar. Pela Convenção sobre Mudança do Clima, os países desenvolvidos têm a obrigação de financiar ações de adaptação aos efeitos extremos das mudanças climáticas e de redução das emissões de gases de efeito estufa em países em desenvolvimento.

"Houve grande retração e o resultado de Doha na área financeira ficou muito aquém do necessário", disse Figueiredo. Segundo ele, os recursos são indispensáveis, principalmente no caso das nações mais pobres, pois são avaliadas como regiões mais vulneráveis aos efeitos dos desastres naturais provocados pelas mudanças de clima no mundo.

"Ações, especialmente nas áreas de adaptação, muitas vezes são caras. São obras de infraestrutura para lidar com enchentes, inundações, furacões e toda a destruição dos fenômenos extremos. São países vulneráveis que necessitam de ajuda o mais rápido possível para fazer face às mudanças do clima",

acrescentou o embaixador.

Segundo Figueiredo, a questão climática é um "caso típico em que vários países em desenvolvimento assumiram a liderança", ao mencionar os esforços de redução de emissões de gases de efeito estufa. De acordo com ele, o Brasil chegou às conferências deste ano com resultados históricos sobre a redução de desmatamento que colaboraram para reduzir as emissões de gás nocivas à atmosfera.

Fonte: Agência Brasil, por Carolina Gonçalves e Renata Giraldi